



# Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1983

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e Edmar Luiz Costa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leao, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte (57); e, em licença, Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação a ata que acaba de ser lida. -- Aprovada.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero verificação de aprovação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e cinco Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão. A Mesa procederá a verificação de votação da ata da sessão anterior.

Em votação a ata. Vinte e cinco Senhores Deputados aprovam. Aprovada por unanimidade.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte expediente:

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Presidente da COPEL, apelo no sentido de que a energia elétrica fornecida às unidades hospitalares, de cunho filantrópico (Santas Casas de Misericórdia e hospitais similares) do Estado, seja cobrada através de tarifa privilegiada, adotando-se para tanto, o mesmo critério atualmente em vigor para as indústrias, e não como vem sendo feito, obedecendo padrões comerciais.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

## JUSTIFICATIVA:

A presente proposição que visa estender a tarifa privilegiada às Unidades Hospitalares mencionadas, está pautada na crise financeira porque passam aqueles estabelecimentos.

A exemplo de órgãos previdenciários, cuja tabela vigente estabelecida pelo DNPS está aquém da realidade, não acompanhando o custo do atendimento prestado aos seus contribuintes, ocasionando prejuízos contínuos e queda do padrão de serviço, redução de internações e outras conseqüências de ordem administrativa.

Além das razões expostas, a problemática vem acrescida do vultoso número de desempregados, não contribuintes e, por conseqüência desamparados da assistência médica, que afluem a procura de assistência gratuita, onerando essas Casas Hospitalares, que se vêem na contingência de recorrer a ajuda municipal e estadual, nem sempre suficientes para cobrir as suas necessidades.

Diante de tais circunstâncias, julgamos oportuna a presente proposição, para a qual solicitamos o apoio.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento das seguintes estradas localizadas na região Noroeste do Paraná:

- 1 — Estrada Mirador a Paraíso do Norte;
- 2 — Estrada Paranavaí a Tamboara;
- 3 — Estrada Distrito de Mandiocaba (Paranavaí) à BR-376.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

## JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento dos ilustres membros desta Casa, o Noroeste paranaense é uma região que tem proporcionado grandes benefícios para o Paraná, no que concerne à sua grande produção agropecuária, bem como no que concerne à arrecadação tributária para o Estado.

Porém, algumas áreas do Noroeste paranaense ainda se ressentem com a falta de estradas adequadas para dar escoamento à sua produção, bem como para facilitar a locomoção de seus moradores.

Por este motivo, e atendendo a pedidos da população, é que, através do presente requerimento, estamos solicitando o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que venha aquela Secretaria proporcionar este grande melhoramento aos moradores do Noroeste paranaense.

A continuidade das obras paralisadas de pavimentação

asfáltica do trecho que liga Mirador a Paraíso do Norte, neste Estado, é de suma importância para os dois municípios citados, além de outros.

O apelo dos moradores daquela área tem sido constante tendo em vista, principalmente, que Mirador, é um dos poucos municípios que ainda não se encontram ligados à rede de rodovias asfaltadas que atendem aquela região.

A concretização dessa importante obra virá indiscutivelmente proporcionar grandes benefícios aos pecuaristas, agricultores, ao Laticínio de Mirador, além de centenas de outras pequenas e médias indústrias ali localizadas.

A ligação asfáltica do Distrito de Mandiocaba, Município de Paranavaí, à BR-376, também é uma obra muito ressentida por toda a população daquela região. Trata-se de um trecho de aproximadamente três (03) quilômetros que em época de chuva torna-se praticamente intransitável.

É um acesso rodoviário que atende um dos mais importantes distritos de Paranavaí, distrito este que possui dezenas de pequenas e médias indústrias, centenas de propriedades rurais, oferecendo muitos empregos, inclusive a moradores de outros municípios, além de proporcionar uma ótima arrecadação tributária.

Finalmente, urge também que se atenda aqueles que se utilizam da estrada que liga Paranavaí a Tamboara, pelo acesso localizado no Jardim São Jorge, em Paranavaí e que passa pelo Ribeirão Suruquá.

Esta estrada, em época de chuva, torna-se, também, intransitável e acarreta sensíveis prejuízos a vários municípios, como Paraíso do Norte, Mirador, São Carlos do Ivaí, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, Tapira e tantos outros.

Como são obras que visam exclusivamente atender a nossa população, temos certeza absoluta de que os nobres Parlamentares saberão dar a melhor acolhida aos pedidos acima especificados, bem como confiamos plenamente na sensibilidade política do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, que não medirá esforços no sentido de conseguir tais melhoramentos para os moradores do Noroeste do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, estudos urgentes visando melhorias, para os seguintes trechos Rodoviários: BR-277 à Candonga, BR-277 à Pitanga e BR-277 à Itape-russu.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A carência dos municípios não é novidade, sendo a grande preocupação dos Senhores governantes. A safra agrícola do Município de Morretes, necessita com urgência, dos melhoramentos acima solicitados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado das Finanças, Planejamento e Educação sugerindo que, no Orçamento estadual de 1984, os recursos destinados às universidades estaduais sejam divididos igualmente entre as mesmas.

Quando foram fundadas as universidades estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, os recursos eram divididos em três partes iguais, tocando a cada uma um terço do total da verba orçamentária.

Tratamento desigual adotado pelos últimos governos fizeram com que a Universidade Estadual de Ponta Grossa, fosse prejudicada. No corrente exercício, àquela instituição univer-

sitária foram destinados apenas 14% dos recursos orçamentários. Enquanto isso à Universidade de Londrina tocou 52,01% dos recursos enquanto a Universidade de Maringá ficou com os restantes 33,99%.

Considerando que a Universidade Estadual de Ponta Grossa possui hoje mais de quatro mil alunos matriculados em seus cursos regulares, nada mais justo que receba do Governo Estadual tratamento idêntico ao destinado às suas congêneres.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência à SESB solicitando a abertura de uma Comissão de Sindicância no Hospital Maternidade Vitor do Amaral para averiguar a ação desenvolvida pela entidade denominada COFAM - Centro de Orientação Familiar à Saúde da Mulher e tomada de providências com vistas a analisar a possibilidade de rompimento do convênio com a BEM-FAM, entidade notoriamente vinculada a organismos internacionais interessados na imposição do controle da natalidade no País.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A questão demográfica é tema polêmico. Seu tratamento tem sido, inclusive, terreno fértil para a intervenção descabida de instituições nacionais e internacionais que, escamoteando seus reais propósitos de ampliação do mercado de anticoncepcionais têm se apresentado perante a sociedade brasileira como entidades preocupadas com a "explosão demográfica".

A respeito da anacrônica teoria neomalthusiana, já sepultada pelos modernos estudos demográficos comprobatórios de que a decrescente taxa de crescimento demográfico brasileiro, atualmente em torno de 2,5%, é consequência da urbanização e mudança de padrões culturais. Esta realidade coloca no ridículo a defesa daqueles que, como tem efeito publicamente nos últimos dias a Vereadora Rosa Maria Chiamulera do PDS de Curitiba, argumentam sobre a necessidade de intervenção do Governo para limitar o número de filhos das famílias brasileiras. Incapazes de defender abertamente o controle da natalidade, apresentam-se, esses agentes do colonialismo cultural e econômico, com a maquiagem do planejamento familiar. Esta não passa, contudo, de mais uma tentativa eufemística de acobertar seus reais propósitos controlistas.

Diante dessa situação, são preocupantes os comentários, cada vez mais freqüentes, que apontam para a existência, no Hospital Maternidade Vitor do Amaral, de uma entidade denominada COFAM, que vem realizando laqueaduras de trompas como método anticoncepcional. Esta entidade teria tido autorização para desenvolver suas atividades ainda no Governo anterior e apesar de registrar as internações hospitalares sob a classificação de "não contribuintes", estaria cobrando taxas para executar atos controlistas.

Importa dar conhecimento ao povo, através da Comissão de Sindicância, neste momento sugerida, sobre os reais propósitos da entidade mencionada; base legal para sua atuação junto à SESB; quantidade e composição social das mulheres até hoje esterilizadas; fonte dos recursos empregados no trabalho desenvolvido; validade social do mesmo e envolvimento porventura existente da funcionária da SESB licenciada e atual Vereadora de Curitiba pelo PDS, Doutora Rosa Maria Chiamulera.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvam os trabalhos da Comissão de Sindicância, é oportuno instalar-se um Grupo de Trabalho, que de antemão já fora convidado a comparecer a uma sessão especial da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, para analisar o convênio firmado entre a SESB e a

BEMFAM em abril de 1981. Por tudo que se conhece no País a respeito das atividades ilegítimas desta entidade, não é aceitável a manutenção de uma vinculação com entidade comprometida com interesses, estes sim, verdadeiramente alienígenas.

O texto do convênio firmado em 1981 entre o ex-Secretário Dr. Oscar Alves e o Sr. Walter Rodrigues, Secretário Executivo da BENFAM, é um primor de generalidades. Cabe esclarecer a sociedade paranaense sobre os resultados deste entendimento. E sobretudo, cabe abrir o debate com o povo do Paraná sobre os ilusórios benefícios e reais malefícios causados às famílias pela intervenção descabida na delicada questão da natalidade. Ainda mais quando, neste momento de aguda crise econômica, o tema volta à tona em diversas manifestações, desde a Mensagem do Presidente Figueiredo no Congresso até a recente proposta da Senadora Eunice Michilles, do PDS, de criação de um Departamento Interministerial de Planejamento Familiar, diretamente ligado à Presidência da República, que resultou na instalação, no Senado Federal, de uma CPI sobre o planejamento familiar.

Incorporamos com satisfação a esta nossa justificativa as opiniões emitidas pela Professora Carmen Barroso, da USP, publicadas na página 3 da "Folha de São Paulo" (edição do dia 17 último): "No acirrado debate que a questão tem provocado em nosso País desde a década de 60, perpetuam-se muitas distorções, entre as quais as mais comuns são a justificativa do planejamento familiar em termos de diminuição do crescimento populacional, e a atribuição de todo um elenco de graves problemas sociais a este crescimento acelerado. Oferecida como panaceia, da violência urbana etc., a queda da natalidade é erigida em fim máximo que justifica qualquer meio, inclusive a distribuição indiscriminada de pílulas, a promoção de cirurgias desnecessárias, e campanhas de mudanças de atitudes da população a fim de mudar suas motivações quanto ao número de filhos que desejar.

Por outro lado, distorções igualmente graves ocorrem quando, reconhecendo a falácia dos argumentos controlistas, as correntes anticontrolistas limitam-se a uma oposição ferrenha a qualquer planejamento familiar, sob o pretexto de que facilitar a difusão de informações e favorecer o acesso aos meios anticoncepcionais são medidas que acabam por fazer o jogo do imperialismo e põem em risco a segurança nacional. Baseados na correta argumentação de que o crescimento demográfico não é causa da pobreza e que os pais não podem ser responsabilizados pelas dificuldades que enfrentam para sustentar os seus filhos, tiram conclusões errôneas de que é ilegítima qualquer ação política que não ataque a miséria em suas causas estruturais."

A avaliação cuidadosa da questão é fundamental para evitar-se o maniqueísmo em que, geralmente, as posições são reduzidas a uma dicotomia artificial onde só é possível ser a favor de uma política que visa reduzir o número de nascimentos a qualquer custo, ou contra qualquer iniciativa que vise ampliar o acesso da população aos meios de regulação da fecundidade.

Nossa visão e nossa experiência no assunto corroboram a proposta de que a questão deve ser resolvida no contexto global da prestação de ações de saúde à população. Jamais pode ser isolada. O fornecimento de meios anticoncepcionais só pode ser admitido se estiver sob o controle inedito e se estiver adequadamente disposto no elenco de prioridades de uma ampla rede de serviços de saúde. E definitivamente, estas condições não existem na atual estrutura de saúde do Paraná. Portanto é enganosa a argumentação que se utiliza do real anseio de libertação nacional e tenta vender uma pseudo-democratização dos anseios de regulação da fecundidade.

Averigue-se as atividades da COFAM e da BEMFAM no Paraná. E vamos engrossar o debate.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — No Pequeno Expe-

diente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel, inscrito.

**O SR. ODENI MONGRUEL** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para trazer ao conhecimento desta Casa, que as chuvas torrenciais do dia de ontem, da noite de ontem e da madrugada de hoje na região dos Campos Gerais, trouxeram prejuízos consideráveis, tanto em áreas urbanas, como em áreas rurais, em diferentes municípios. Na manhã de hoje, recebemos um apelo da cidade de Piraí do Sul, através de Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal daquela cidade, Marcelo Milléo, e de alguns Vereadores que nos colocavam a par do estado de calamidade em que se encontra aquela comuna da Região dos Campos Gerais, pois em virtude das fortes chuvas que se abateram sobre a mesma, no dia de ontem, um grande número de pessoas encontra-se neste momento, desabrigado.

Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal nos solicitou que imediatamente fizéssemos contato com o DER aqui na Capital, no sentido de que aquela direção autorizasse imediatamente o distrito sediado naquela cidade de Piraí, para o levantamento emergencial das necessidades de pronta recuperação, principalmente de pontes, restabelecendo a normalidade naquela cidade.

Nós fizemos imediatamente, após recebermos o apelo do Senhor Prefeito Municipal, contato com a chefia de gabinete do DER aqui na Capital do Estado, com o Dr. Carlos Braga.

Em pessoa, falando na ausência do Dr. Zanella que se encontra em viagens ao Município de Cascavel, nos disse que imediatamente entraria em contato com o Dr. Aurélio, Chefe do Distrito do DER na cidade de Piraí do Sul, a fim de que aquela autoridade iniciasse desde logo o levantamento preciso das reais necessidades de superação daquelas dificuldades, procurando com isto, criar condição à volta imediata da normalidade na comunidade de Piraí do Sul. Para que se tenha uma idéia do prejuízo dessas chuvas na madrugada de hoje e do dia de ontem, provocaram danos, nada mais nada menos do que onze pontes naquele município, sendo que seis delas estão dentro da sede do município, são pontes colocadas dentro do perímetro urbano na cidade de Piraí do Sul. Com isto, centenas de pessoas que constituem populações ribeirinhas, encontram-se neste momento em desabrigo, levando com que o Senhor Prefeito Municipal, Srs. Vereadores daquela cidade e elementos representativos da sociedade de Piraí do Sul, estejam sendo mobilizados, objetivando com isto, através de uma atitude de solidariedade humana e de respeito ao próximo, criarem condições necessárias para o abrigo a essas pessoas.

Quero salientar também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a contribuição imediata que recebi do Deputado Djalma de Almeida César, que representa o Partido da Situação naquele município. Sua Excelência prontamente aquiesceu a esse apelo da Comunidade de Piraí, que foi a ele colocado por esse Deputado, e imediatamente providenciou as medidas necessárias para que não apenas se proceda o levantamento das necessidades em Piraí do Sul, mas que seja o Diretor do DER, Dr. Zanella, acionado a fim de que possa imediatamente o distrito, sediado no Município de Piraí, iniciar desde logo a recuperação dessas pontes, objetivando com isso, possibilitar melhores condições de acesso e restabelecimento de vida normal no município.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou submetendo a esta Casa, requerimento em que faço sugestão aos Excelentíssimos Senhores Secretários da Fazenda, do Planejamento e da Educação, para que no orçamento

de 1984, as três Universidades Estaduais do Paraná, sejam tratadas de modo igual.

Ao serem fundadas as Universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, adotou-se de início o critério de que, do bolo financeiro destinado às mesmas, haveria uma divisão em que para cada uma tocaria o inverso dos recursos. Com o passar do tempo, principalmente a Universidade de Ponta Grossa, foi marginalizada pelo Governo Estadual e temos uma situação por demais anômala nesse ano de 1983. A verba destinada às universidades estaduais, do orçamento deste ano, é de 12 bilhões de cruzeiros, dessa importância, a Universidade de Ponta Grossa recebe apenas 14%, a Universidade de Maringá 33,99% e a fatia maior, ficou para a Universidade de Londrina, 52,01% dos recursos orçamentários.

O que nós pretendemos, não é a diminuição dos recursos destinados a Londrina e a Maringá, mas que Ponta Grossa fique no mesmo patamar e receba a mesma soma de recursos, para que continue o trabalho que está sendo realizado naquela instituição universitária. A Universidade de Ponta Grossa, hoje, Srs. Deputados, possui um total de 4.341 alunos, 313 professores e um corpo técnico administrativo de 386 pessoas.

Este ano de 1983, estão funcionando em nossa universidade, 20 cursos regulares, além de mais dois que são ministrados no Colégio Agrícola Augusto Ribas. Ponta Grossa, com muita dificuldade, está construindo o "campus" universitário, até o presente momento já estão construídas as seguintes obras: prefeitura, fábrica de artefatos de concreto, pista de atletismo, dois módulos e quadras polivalentes, dois vestiários, cercamento completo da área, duas caixas d'água, poço artesiano. Em andamento estão as obras relativas ao centro de treinamento de natação, arruamento, construção de meio-fio, execução da rede elétrica de alta e baixa tensão. E, estão agora em fase de estudo e projetos, a construção do pavilhão para as salas de aula e pavilhão para laboratórios.

A construção do campus universitário está sendo feita com muitos sacrifícios e sem recursos. Ponta Grossa não quer privilégio para sua universidade, quer apenas um tratamento justo e que, tenho certeza, será dado pelo Governo José Richa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Casa registra, com muita honra, a presença do Prefeito de São Tomé, Antônio Cabreira de Sá e o ex-Vereador de Cianorte, Ivo Albanez. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está nos causando preocupação o quadro alusivo a milhares de professores do Paraná. Nós sabemos que ano após ano, foi se acumulando uma situação que veio a evoluir no quadro do qual pretendemos neste momento fazer menção.

Dentro da própria estrutura de legar ao município cada vez mais obrigações, também na área educacional, os professores contratados pelas municipalidades, têm feito historicamente, às vezes de professores da rede estadual de ensino, em escolas da própria rede estadual.

Perante a situação precária, e eu diria até mesmo insustentável, pela qual estão passando os municípios do Paraná, nós estamos assistindo já alguns casos de prefeituras demitirem sumariamente professores municipais que estão prestando serviços em escolas do Estado, deixando com que centenas de crianças fiquem bruscamente sem continuidade escolar. Por ser um quadro que não afeta apenas a um município, mas a todos os municípios do Paraná, por ser, Srs. Deputados, um quadro cuja responsabilidade não é do Governo e do PMDB, mas que foi sendo acumulado gradativamente nos últimos decênios, nós estamos encaminhando num requerimento à Presidência da

Associação dos Municípios do Paraná, à Presidência das micro-regiões, para que ao invés de uma atitude precipitada, qual seja a de simplesmente demitir sumariamente professores, sem outra alternativa e o Governo do Estado não pode, de forma alguma, em alguns meses, reparar bruscamente uma situação acumulada em decênios. É que nós estamos pedindo aos prefeitos, apesar das dificuldades, que ao invés de uma demissão que não vai resolver, porque o Estado não pode, não tem estrutura para arcar de imediato com a responsabilidade educacional, que eles apresentem uma proposta gradual, para uma absorção racional de acordo com a realidade orçamentária do Estado do Paraná, para que os prejuízos não venham a recair exatamente em cima de quem menos culpa tem, aliás não tem culpa alguma, pelo quadro que aí está, pois a vítima indefesa seria a criança do Paraná.

Esta é a razão pela qual estamos realizando este apelo. Sabemos que o quadro é grave, conhecemos sobejamente a situação precária pela qual passam os municípios do Paraná, mas, mais do que nunca, necessária se faz a soma de esforços para que possamos, gradativa e racionalmente, de uma forma que não vá fabricar vítimas, solucionar o grave momento educacional pelo qual vem passando também o nosso Estado.

Nós pretendemos ainda reafirmar, com relação aos problemas levantados pela já controvertida, e porque não dizer, polemizada lista tríplice no Estado do Paraná, mesmo reconhecendo imperfeições porque nada é perfeito, que ela representa um passo rumo à democratização plena.

Salientamos e destacamos o nosso compromisso formal com a democratização do ensino. Tudo faremos para que o próximo passo, já num quadro mais bem definido e bem ordenado, venha a ser a realização de eleições diretas para as direções das escolas da rede estadual de ensino.

Entretanto, não poderíamos deixar de enfatizar que o PMDB na sua proposta de governo, em alguns meses, apesar das críticas feitas contra o setor, teve a coragem de assumir e sustentar aquilo que no passado foi reivindicação também dos professores do Paraná.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados.

Pela importância do tema, quero reprisar hoje o assunto ontem abordado pelo companheiro, Deputado Antônio Anibelli. (Lê):

"Cerca de 12 milhões de trabalhadores e gente da classe média têm ainda mais uma assustadora razão para perderem o sono: o reajuste das prestações da casa própria.

Sim. 12 milhões é o impressionante número de brasileiros envolvidos diretamente com dívidas ao Sistema Financeiro da Habitação: mutuários e suas famílias.

E este é o número de pessoas que vê acrescidos os seus pesadelos com a perspectiva de ter que pagar, a partir de julho, a prestação aumentada em 180% pelo simples, elementar, fundamental direito de morar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: criado há já 17 anos para estabelecer e aplicar uma política habitacional que desse efetivo combate ao histórico e crônico déficit existente nesse setor, no País, o SFH não só não o fez, juntamente com seu filhote mais dileto, o BNH, um gigantesco leviatã desgovernado, caminhando a largas passadas, sem que nada se faça para impedir, para um estrepitoso colapso, de consequências tão imprevisíveis quanto danosa para o País, para os mutuários, e para todo o povo trabalhador, dos quais, afinal, são originários os recursos hoje dilapidados com tanta "competência".

Vitimado por erros estruturais a própria concepção equivocada do sistema, que deveria ser social e popular, e que no

entanto é comercial e elitista, e também questões conjunturais como administração incompetente e a utilização de recursos de fontes alheias da qual está comprometido e ainda pela circunstância de ser partícipe de um contexto econômico recessão e em crise, está o Sistema Financeiro de Habitação à beira da insolvência.

Anunciam-se agora, os índices de reajuste. Na tática que lhe é peculiar, desorientado que está, o Governo lançou ao ar diversos balões de ensaio, cujo único sucesso é semear a confusão e a insegurança. Falou-se em índices que variaram de 90 a 130 por cento.

É sintomático que, ao fazer o anúncio dia 18 último, o Ministro do Interior e o Presidente do BNH se fizessem acompanhar do Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança, de quem colheram sugestões e contribuições. Os mutuários, razão última e principal da existência do sistema, jamais foram sequer ouvidos sem consulta, quanto mais consultados a respeito das medidas que decidirão suas vidas, e não a dos empresários do setor financeiro, já o mais favorecido neste Brasil.

Ficou mesmo definido o valor mais alto: 130 por cento.

Todavia, foram anunciadas medidas destinadas a suavizar o impacto, tais como a renegociação do contrato e a alteração de data do reajuste para o dia em que for mais conveniente para cada mutuário.

No entanto, se por um lado é desmedido e cruel o aumento, por outro as medidas assim ditas suavizantes, além de errôneas e ineficazes, não passam de cortina de fumaça a disfarçar as verdadeiras intenções do governo, que são, como não poderia deixar de ser, destinadas a prejudicar o mutuário para tentar tapar o rombo do Sistema.

O aumento, Sr. Presidente, qualquer que seja ele dentro da margem anunciada, é cruel. Como se sabe, todo o universo aqui compreendido se rege pela UPS (Unidade Padrão de Capital), a qual, por seu turno, se guia pelo aumento das ORTNs.

E o salário, fonte exclusiva da renda familiar de cerca de 95 por cento dos mutuários do BNH, é reajustado pelo INPC, índice consideravelmente mais modesto. Assim, mesmo 98 por cento, pela ORTN, é muito mais do que 100 por cento do INPC. Nem se poderia pensar em 130 por cento pelo BNH.

E, se considerarmos que uma grande fatia de mutuários, pela nova lei do arrocho salarial, não chega sequer aos 100 por cento do INPC, então teremos uma idéia do impacto sobre a vida do trabalhador.

Já as medidas "suavizantes" pecam por tratar da circunstância e não da causa. Ao invés de combater os erros e circunstâncias antes apontados, para que o aumento não seja tão alto, o governo propõe negócios que levam irremediavelmente o fato consumado a inviabilizá-los. Por isso são errôneos. Por isso, também, ineficazes.

A negociação do contrato é uma armadilha contra o mutuário. Propõe a redução do índice de reajuste, em troca de um aumento no prazo de pagamento. De quebra, altera a frequência do reajuste, de anual para semestral. E aí é que está o "pega". Quem aceitar tal renegociação pagará prestação menor, mas só nos primeiros seis meses. A partir do sétimo, estará maior do que a de quem tinha igual valor e não renegociou. E, ao fim dos primeiros doze meses, terá pago mais do que este último. E ainda estará condenado ao reajuste semestral até o final do contrato, que, ainda por cima, estará prorrogado.

A alteração da data do reajuste, por sua vez, é uma armadilha contra todos os mutuários. Sim, pois a repercussão social do aumento excessivo de 3.500.000 contratos, em todo o Brasil, no dia 01 de julho de cada ano, gera mobilização de toda a opinião pública, principalmente dos prejudicados, levando a pressões que obrigam o governo, pelo menos, às marchas e contramarchas que todos podem hoje assistir.

A diluição das datas dos aumentos, proposta pelo Mi-

nistro, pelos 365 dias do ano, conforme a opção de cada mutuário, diluirá proporcionalmente o impacto, abrindo caminho a manobras que, por isso se pressupõe as mais escorchantes, visando sugar ainda mais o mutuário para dar liquidez ao sistema falido. É elementar que se a corda já estoura do lado mais fraco, enfraquecê-lo ainda mais facilitará o estouro".

Peço que o restante do pronunciamento seja considerado lido.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere, nobre Deputado. E no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faz hoje 221 dias que Juventus Mazzarollo está preso. Este Deputado que ocupa esta tribuna, na data de 11 de maio teve a oportunidade de enviar através desta Casa, com a aprovação de todos os Deputados, um requerimento ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando a extensão do benefício da medida da não interrupção do fornecimento de água e energia elétrica aos desempregados, para o Município de Foz do Iguaçu. Medida esta que estava sendo adotada aqui em Curitiba.

Já ontem, apenas oito dias após formularmos este requerimento, recebíamos um comunicado da Copel, dizendo que nossa reivindicação estava atendida.

Recebemos também um comunicado da Sanepar e para nossa alegria, tivemos a notícia de que os desempregados de Foz do Iguaçu, que realmente comprovem esta situação, não terão interrompido o fornecimento de água e energia elétrica, até que sua situação seja regularizada. Em princípio parece, no linguajar popular, pequenas coisas, perfumaria. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tais medidas têm um cunho social de grande alcance. Para nós que somos de Foz do Iguaçu, que conhecemos as dificuldades da população dali, principalmente depois da desativação praticamente de Itaipu, esta é uma medida que deve ser divulgada, que deve ser registrada nesta Casa. Pois é uma medida, como disse no início, de grande alcance social.

Isto vem confirmando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito embora a Bancada do PDS negue, a administração participativa do nosso Governador José Richa. A administração democrática e preocupada com os problemas sociais de nosso Estado, e sobretudo, a administração compreensiva do Governador José Richa. Jamais, em tempos outros, qualquer governador que passou pelo Estado do Paraná, tomou medida de tal alcance social. Jamais os tecnocratas, que até agora assumiram a administração deste Estado, se sensibilizaram com os pequenos problemas de nosso povo, de nossa gente. Houve preocupação sim, em construir obras faraônicas, obras monumentais, mais que, em absoluto, alcançam e atingem o objetivo maior que é atender bem a nossa população, a população do Estado do Paraná.

Temos outras preocupações com Foz do Iguaçu e perante o nosso secretariado, e mesmo com o nosso próprio Governador, temos colocado e pedido atenção especial, principalmente no setor de segurança do nosso município que, realmente, encontra-se em estado difícil, devido ao alto índice de criminalidade. Mas é importante ressaltar, que esta é a herança que estamos recebendo da administração neista, de vinte anos no Estado do Paraná, um Estado com imensa dificuldade. E que nós, da administração do PMDB, estamos fazendo tudo para contornar, e já estamos preocupados em achar soluções definitivas para este problema de segurança também no nosso município.

Ainda ontem, nos jornais, líamos uma notícia que chamou certamente a atenção de todo o Estado do Paraná e quicá do Brasil, a de que o Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Coronel

Clóvis, teria sido ameaçado de morte. Parece-me que esta notícia se confirma. Isto nos leva a uma preocupação ainda maior. Ontem o Deputado Tércio Albuquerque usava da tribuna e falava desta preocupação. Alegria-me saber que o Deputado do PDS também está preocupado com a situação. Faremos tudo para que Foz do Iguaçu volte a ter um clima de tranquilidade, de normalidade e de paz. Ainda hoje estaremos indo para Foz do Iguaçu para conversarmos com autoridades policiais e tentarmos achar a solução para os problemas.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Márcio Almeida, por dez minutos.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Utilizo a tribuna para apresentar uma grave denúncia de uma situação existente no campo da saúde do Paraná, e encaminhar o requerimento a respeito, solicitando a instauração de inquérito, uma Comissão de Sindicância, melhor dizendo, no Hospital Maternidade Victor do Amaral, da Secretaria de Estado da Saúde, para averiguar as ações desenvolvidas por uma entidade autodenominada de Cofam, e solicitando também providências de estudos visando o rompimento do convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar, em abril de 81, com a Sociedade Bem Estar da Família, já bastante conhecida no meio político, inclusive brasileiro, como Bemfam, entidade com vinculações internacionais e com a política de controle demográfico. (Lê):

O Deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência à SESB, solicitando a abertura de uma Comissão de Sindicância no Hospital Maternidade Victor do Amaral para investigar a ação desenvolvida pela entidade denominada Cofam - Centro de Orientação Familiar à Saúde da Mulher e tomada de providências com vistas a analisar a possibilidade de rompimento do convênio com a Bemfam, entidade de notoriamente vinculada a organismos internacionais interessados na imposição do controle da natalidade no País.

N. Termos

P. Deferimento.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1983.

JUSTIFICATIVA:

A questão demográfica é tema polêmico. Seu tratamento tem sido, inclusive, terreno fértil para a intervenção descabida de instituições nacionais e internacionais que, escamoteando seus reais propósitos de ampliação do mercado de anticoncepcionais têm se apresentado perante a sociedade brasileira como entidades preocupadas com a "explosão demográfica".

A respeito da anacrônica teoria neomalthusiana, já sepultada pelos modernos estudos demográficos comprobatórios de que a decrescente taxa de crescimento demográfico brasileiro, atualmente em torno de 2,5 por cento, é consequência da urbanização e mudança de padrões culturais. Esta realidade coloca no ridículo a defesa daqueles que, como tem efeito publicamente nos últimos dias a Vereadora Rosa Maria Chiamulera do PDS de Curitiba, argumentam sobre a necessidade de intervenção do Governo para limitar o número de filhos das famílias brasileiras. Incapazes de defender abertamente o controle da natalidade, apresentam-se, esses agentes do colonialismo cultural e econômico, com a maquiagem do planejamento familiar. Esta não passa, contudo, de mais uma tentativa eufemística de acobertar seus reais propósitos controlistas.

Diante dessa situação, são preocupantes os comentários, cada vez mais freqüentes, que apontam para a existência, no Hospital Maternidade Victor do Amaral, de uma entidade deno-

minada Cofam, que vem realizando laqueaduras de trompas como método anticoncepcional, ou seja, esterilização de mulheres. Esta entidade teria tido autorização para desenvolver suas atividades ainda no Governo anterior e apesar de registrar as internações hospitalares sob a classificação de "não contribuintes", estaria cobrando taxas para executar atos controlistas.

Importa dar conhecimento ao povo, através da Comissão de Sindicância, neste momento sugerida, sobre os reais propósitos da entidade mencionada; sua base legal para sua atuação junto à SESB; a quantidade e composição social das mulheres até hoje esterilizadas; a fonte dos recursos empregados no trabalho desenvolvido; a validade social do mesmo e envolvimento porventura existente da funcionária da SESB licenciada e atual Vereadora de Curitiba pelo PDS, Doutora Rosa Maria Chiamulera.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvam os trabalhos da Comissão de Sindicância, é oportuno instalar-se um Grupo de Trabalho, que de antemão já fica convidado a comparecer a uma sessão especial da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, para analisar o convênio firmado entre a SESB e a Bemfam em abril de 1981. Por tudo que se conhece no País respeito das atividades ilegítimas desta entidade, não é aceitável a manutenção de uma vinculação com entidade comprometida com interesses, estes sim, verdadeiramente alienígenas.

O texto do convênio firmado em 1981 entre o ex-Secretário Dr. Oscar Alves e o Sr. Walter Rodrigues, Secretário Executivo da Bemfam, é um primor de generalidades. Cabe esclarecer a sociedade paranaense sobre os resultados deste entendimento. E sobretudo, cabe abrir o debate com o povo do Paraná sobre os ilusórios benefícios e reais malefícios causados às famílias pela intervenção descabida na delicada questão da natalidade. Ainda mais quando, neste momento de aguda crise econômica, o tema volta à tona em diversas manifestações, desde a Mensagem do Presidente Figueiredo ao Congresso até a recente proposta da Senadora Eunice Michiles, do PDS, de criação de um Departamento Interministerial de Planejamento Familiar, diretamente ligado à Presidência da República, que resultou na instalação, no Senado Federal, de uma CPI sobre o planejamento familiar.

Incorporamos com satisfação a esta nossa justificativa de solicitação de Comissão de Sindicância e de rompimento do convênio com a Bemfam, cativa as opiniões emitidas pela Professora Carmen Barroso, da USP, publicadas na página 3 da "Folha de São Paulo" (edição do dia 17 último): "No acirrado debate que a questão tem provocado em nosso País desde a década de 60, perpetuam-se muitas distorções, entre as quais as mais comuns são a justificativa do planejamento familiar em termos de diminuição do crescimento populacional, e a atribuição de todo um elenco de graves problemas sociais a este crescimento acelerado. Oferecida como panacéia para a solução do desemprego, do menor abandonado, da desnutrição, da violência urbana, etc., a queda da natalidade é erigida em fim máximo que justifica qualquer meio, inclusive a distribuição indiscriminada de pílulas, a promoção de cirurgias desnecessárias, e campanhas de mudanças de atitudes da população a fim de mudar suas motivações quanto ao número de filhos que desejar.

Por outro lado, distorções igualmente graves ocorrem quando, reconhecendo a falácia dos argumentos controlistas, as correntes anticontrolistas limitam-se a uma oposição ferrenha a qualquer planejamento familiar, sob o pretexto de que facilitar a difusão de informações e favorecer o acesso aos meios anticoncepcionais são medidas que acabam por fazer o jogo do imperialismo e põem em risco a segurança nacional. Baseados na correta argumentação de que o crescimento demográfico não é causa da pobreza e que os pais não podem ser responsabilizados pelas dificuldades que enfrentam para sustentar os seus filhos, tiram conclusões errôneas de que é ilegítima qual-



quer ação política que não ataque a miséria em suas causas estruturais."

A avaliação cuidadosa da questão é fundamental para evitar-se o maniqueísmo em que, geralmente, as posições são reduzidas a uma dicotomia artificial onde só é possível ser a favor de uma política que visa reduzir o número de nascimentos a qualquer custo, ou contra qualquer iniciativa que vise ampliar o acesso da população aos meios de regulação da fecundidade.

Nossa visão e nossa experiência no assunto corroboram a proposta de que a questão deve ser resolvida no contexto global da prestação de ações de saúde à população. Jamais pode ser isolada. O fornecimento de meios anticoncepcionais só pode ser admitido se estiver sob o controle médico e se estiver adequadamente disposto no elenco de prioridades de uma ampla rede de serviços de saúde. E definitivamente, estas condições não existem na atual estrutura de saúde do Paraná. Portanto é enganosa a argumentação que se utiliza do real anseio de libertação nacional e tenta vender uma pseudo-democratização dos meios de regulação da fecundidade.

Averigue-se as atividades da Cofam e da Sefam no Paraná. E vamos engrossar o debate."

Vamos abrir o debate com a comunidade paranaense, sobre a questão do crescimento demográfico. Não cabe, nessas alturas, levar adiante uma proposta de trabalho do governo que se encerrou, e que, ao firmar o convênio com a entidade antes mencionada, Bemfam, não contou com a participação da população, no encaminhamento da sua aprovação.

Era só.

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Estava acompanhando a sua manifestação dessa tribuna, e vejo uma série de pontos positivos que Vossa Excelência levanta.

A respeito do convênio firmado entre o Governo do Estado e a Bemfam, Vossa Excelência levanta alguns pontos críticos e esclarece a este plenário, que, alguma coisa deve ser feita no sentido de se alcançar a perfeita elucidação. Vossa Excelência coloca que se deva desenvolver um trabalho, verificando o que foi válido, e o que não foi válido, e se eventualmente, ficarem comprovados aspectos que justifiquem a ruptura da suspensão desse acordo entre Estado e a Bemfam, que assim aconteça.

Falo em nome de pessoal, e em nome da Bancada do PDS que lidero na manhã de hoje. Somos absolutamente a favor dessas medidas que Vossa Excelência propõe no que se refere à verdadeira aferição do que representou, em termos de resultado, o referido convênio.

De outro lado, também destaco um ponto de grande magnitude que Vossa Excelência levanta e que diz respeito ao crescimento demográfico no Estado ou no País. Que se estude...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário de Vossa Excelência e consulto à Liderança do PMDB se prorroga ou se fará uso do restante do horário.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa lamenta, Deputado Odeni Mongruel e concede por 20 minutos, no horário do PMDB, a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Venho à tribuna para manifestar o meu apoio à campanha de solidariedade ao desempregado, que vem sendo realizada pelo Programa do Voluntariado Paranaense, sob a coordenação das Senhoras Arlete Richa e Ivete Fruet, tendo ainda como secretárias executivas as senhoras Antonieta Campos

e Vera Augusto.

O lançamento da campanha, Srs. Deputados, ocorreu no último dia 29 de abril, no auditório do Edifício Castelo Branco, em solenidade que contou com a presença do Padre Gustavo Henrique, representando o arcebispo D. Pedro Fedalto, as Senhoras Clotilde Quadros e Lia Folch, conceituadas artistas plásticas paranaenses e presidentes da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, dos sindicatos dos médicos e dos jornalistas profissionais, e da Associação dos Proprietários de Supermercados.

É importante este registro, Srs. Deputados, porque a campanha do Provopar só alcançou os seus nobres objetivos porque contou desde o início com o apoio decidido da comunidade. O número de voluntários foi se multiplicando dia, após dia. Cada um dos participantes sentindo que não basta criticar a política econômica do Governo Federal que gerou a recessão e o desemprego, mas que é necessário ajudar o próximo, como um dever de solidariedade cristã e sem nenhuma preocupação de ordem política.

Após aquela primeira reunião, realizada no dia 29 de abril, Sr. Presidente, a campanha foi iniciada no dia seguinte, através dos módulos da Polícia Militar e da rede de supermercados, que passaram a receber as doações da população de Curitiba: café, leite em pó, chá, açúcar, massas, arroz, feijão, sal e óleo, principalmente.

A generosidade popular foi comovente, Srs. Deputados, e a resposta foi imediata, logo após a transmissão das primeiras mensagens do Provopar através dos meios de comunicação social e aos pais de alunos, através da rede escolar de Curitiba.

O recolhimento das doações requereu a utilização de viaturas da Copel, percorrendo os supermercados e os módulos policiais, ao mesmo tempo que se processava o cadastramento dos desempregados, em uma operação conjunta que envolveu os sindicatos e os voluntários. O cadastramento levou à triagem, dando-se preferência aos que se encontram desempregados há menos de um ano, aos desempregados-enfermos e aos desempregados com maior número de dependentes.

O gigantismo da tarefa a realizar, não abateu o ânimo dos participantes da campanha, que imediatamente passaram a distribuir os bônus para a entrega dos alimentos.

Enquanto isso, Sr. Presidente, o Provopar instalou dois depósitos, sendo um à Rua Dr. Pedrosa, número 342, e outro nos armazéns da Copasa, na periferia, onde se processa o empacotamento, um trabalho feito até altas horas da noite, por um grupo de voluntários cedidos por empresas comerciais e por alguns órgãos públicos do Estado.

A distribuição é feita através de 10 postos estrategicamente situados e localizados nas imediações de igrejas e ginásios de esportes, o que exigiu a movimentação de 17 caminhões, 10 kombis e 5 automóveis. Ao todo, na primeira fase da campanha, foram recebidos 150 mil quilos de alimentos e distribuídos 12.470 pacotes, com a participação importantíssima de 24 sindicatos e 5 federações de trabalhadores, que agora se mobilizam, com todos os demais voluntários, para a segunda etapa da campanha, que será realizada no próximo dia 24.

Como disse com muita propriedade a Senhora Arlete Richa, a bondade da nossa gente, especialmente da mulher paranaense, está sempre presente quando nos vemos à frente de problemas que exigem a união de todos, como é o caso do alto índice de desemprego.

Esse trabalho do Provopar, Sr. Presidente, é parte de um esforço que o Governo Estadual vem realizando, para atender as necessidades básicas da população, especialmente em relação aos desempregados, com a abertura de novas frentes de trabalho. No lançamento da campanha, a Senhora Arlete Richa declarou textualmente: "Juntamos nosso esforço ao trabalho do governo, entidades, empresas e da população, formando uma corrente de fé, para que o desempregado não passe fome. No

interior, as esposas dos Prefeitos colaboram com a nossa campanha e sabemos que o nosso apelo tocará o coração de nossa gente. A campanha de solidariedade ao desempregado há de ser um elo de confiança, carinho e amor entre todos nós."

E a esposa do Prefeito Maurício Fruet, a Senhora Ivete Freut, também se integrou à campanha, com todo entusiasmo que é capaz, porque sabe que a nossa bela Curitiba, a cidade brasileira que mais cresceu nos últimos 10 anos, já não consegue oferecer o mínimo, ao crescente número de necessitados que aqui chegam todos dias, procedentes de todas as regiões do Estado e até de Estados vizinhos.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/82, de autoria do ex-Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO SOCIAL INFANTIL MARIA JOSÉ COUTINHO CAMARGO, com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 04/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO SOCIAL INFANTIL MARIA JOSÉ COUTINHO CAMARGO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1982.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, presta relevantes serviços no campo da assistência social no amparo à infância, prestando-lhes amparo médico hospitalar e educacional.

É uma entidade que não visa lucros, razão pela face às suas altas finalidades merece o reconhecimento público estadual.

Com isso estamos apresentando o presente projeto de lei que temos certeza, merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 04/82

#### PARECER:

De autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, o projeto de lei supra pretende declarar de utilidade pública a Associação de Amigos do Centro Social Infantil Maria José Coutinho Camargo, com sede nesta Capital.

Inscrita no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do 2.º Ofício desta Capital, sob n.º 3553, do Livro A-2, está devidamente comprovado pela documentação anexa ao projeto de lei que a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que disciplina a declaração de utilidade pública.

Assim nosso parecer é favorável à aprovação do referido projeto de lei, na sua forma original.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

Caíto Quintana — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/82, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE JANDAIA DO SUL, com sede no referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 104/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE JANDAIA DO SUL, com sede na localidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço, segundo se verifica da documentação anexa, preenche todos os requisitos exigidos pela lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 104/82

#### PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Jandaia do Sul, com sede na localidade do mesmo nome.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimetal à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

HERMAS BRANDÃO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de apelo aos Srs. Governador do Estado e Presidente da COPEL, no sentido de que a energia elétrica fornecida às unidades hospitalares, de cunho filantrópico (Santas Casas de Misericórdia e hospitais similares), do Estado, seja cobrada através de tarifa privilegiada. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Bagio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, visando o asfaltamento das estradas localizadas na região Noroeste do Paraná; estrada de Mirador a Paraíso do Norte; estrada Paranavaí a Tamboara; estrada Distrito de Mandiocaba (Paranavaí) à BR-376. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a atenção da Secretaria dos Transportes, visando melhorias para os trechos rodoviários: BR-277 a Candonga; BR-277 a Pitanga e BR-277 a Itape-russu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Secretários da Fazenda, Planejamento e da Educação, sugerindo que, no Orçamento Estadual de 1984, os recursos destinados às Universidades Estaduais, sejam divididos igualmente entre as mesmas. - **Aprovado.** Ao Depar-



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando envio de expediente à Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, para abertura de uma Comissão de Sindicância no Hospital Maternidade Vitor do Amaral, para averiguar a ação desenvolvida pela entidade COFAM — Centro de Orientação Familiar à Saúde da Mulher, visando cancelar o convênio com a BEMFAM. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/83.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 04 e 104/82.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 14 e 47/83.

Levanta-se a Sessão.

**ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 275/83**

colocar à disposição da Câmara dos Deputados, até 28 de fevereiro de 1985, o funcionário FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, matrícula n.º 120, ocupante do Cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, respeitando-se o disposto no Decreto Legislativo n.º 83/81.

(Protoc. 3304).

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 276/83**

colocar à disposição da Câmara dos Deputados, até 28 de fevereiro de 1985, a funcionária NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula n.º 343, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, respeitando-se o Decreto Legislativo n.º 83/81.

(Protoc. 3085).

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 277/83**

conceder aos funcionários contratados deste Poder pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, o percentual de 38,5% (trinta e oito e meio por cento), a partir de 1.º de maio de 1983, calculado sobre o valor acumulado, desprezando-se as frações de cruzeiros.

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 278/83**

prorrogar até 28 de fevereiro de 1985, a permanência da funcionária LUPERCINA ROCHA CONTE, matrícula n.º 051, ocupante do cargo de Assistente de Comissão B, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ora à disposição da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, respeitando-se o Decreto Legislativo n.º 83/81.

(Protoc. 1884).

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 279/83**

conceder à funcionária RITA SOARES BERTOLI, matrícula n.º 052, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, nos termos do Art. 247, parágrafo único, da Lei n.º 6174,

de 16 de novembro de 1970, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 06 de maio de 1979 e 06 de janeiro de 1983, antecipado em razão da incorporação anterior e das férias referentes aos anos de 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 3852)

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 280/83**

conceder à funcionária MARIA HERCILLA CÂMARA CONTER, matrícula n.º 426, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, nos termos do Artigo 247, § único, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 28 de julho de 1977 e 28 de janeiro de 1982, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1977, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. 3841)

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 281/83**

designar RUI FRANCISCO GABARDO, matrícula n.º 605, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para exercer as funções de Chefe de Seção de Acompanhamento Taquigráfico, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. 3341).

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 282/83**

autorizar LUCY PINHEIRO DE LACERDA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos no período compreendido entre 18 de abril a 31 de dezembro de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 210/83.

(Protoc. 3209).

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 283/83**

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 366/80, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do PMDB, a funcionária LINDAMIR GONÇALVES BORGONOV, matrícula n.º 212, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;  
II — revogar o Decreto Legislativo n.º 392/81, que designou para exercer as funções de Auxiliar do Gabinete da Liderança do PMDB a funcionária ANDRELINA CORREIA ALVES, matrícula n.º 191, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 3588).

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 284/83**

designar IRACY DA SILVA RUDNIK, matrícula n.º 203, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle das Dotações, do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. 3945).

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 285/83**

I – revogar o Decreto Legislativo n.º 241/80, na parte que se refere a funcionária AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula n.º 193, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que atribuiu à mesma a Função Gratificada, símbolo 7-F, de Auxiliar de Plenário do Departamento Administrativo; e,  
II – designar a citada funcionária para exercer as funções de Auxiliar de Assistência Técnica à Mesa, do Gabinete da Consultoria Legislativa, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. 3812).

Palácio “XIX de Dezembro”, em 13/05/83

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 286/83

I – exonerar LUIZ CONZAGA ANDRAUS CYPRIANO DE MATTOS, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rubens Bueno, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 193/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II – prover ANDRÉ VEIGA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rubens Bueno; e,  
III – autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 4177).

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 287/83

I – exonerar JOSÉ CARLOS DE LARA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 91/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;  
II – prover OLÍMPIO DE PAULA XAVIER FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa; e,

III – autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 4203).

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 288/83

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, até 28 de fevereiro de 1985, o funcionário DULCÍDIO ROCHA CALDEIRA JÚNIOR, matrícula n.º 042, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos, respeitando-se o Decreto Legislativo n.º 83/81.

(Protoc. 3787).

Palácio “XIX de Dezembro”, em 19/05/83

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente  
GERNOTE KIRINUS – 1.º Secretário  
FRANCISCO ESCORSIN – 2.º Secretário

#### ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

#### PORTARIA N.º 377/83

designar JUSSARA REGINA DE CASTRO, funcionária contratada deste Poder como Datilógrafa, para prestar serviços no Departamento Legislativo, a partir de 12 de maio de 1983.

(Protoc. 3989).

#### PORTARIA N.º 378/83

designar ROGÉRIO DE MACEDO POSTAREK, funcionário contratado deste Poder, como Agente de Segurança deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Segurança, a partir de 12 de maio de 1983.

(Protoc. 4975).

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/05/83

Clóvis Stadler de Souza  
Diretor Geral